

A SEGUNDA FASE DO PLANO COLLOR

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S.Paulo, 16/08/90

Em meados de maio, quando se verificou que a inflação estava de volta, tornou-se claro que o Plano Collor, na sua forma original, baseada na retenção dos ativos financeiros e em rápido congelamento, não havia alcançado seu objetivo de debelar a inflação, e teve início a segunda fase do Plano Collor. A primeira fase fora heróica, porque baseada em uma radical reforma monetária, que atingira inicialmente a riqueza financeira, a segunda, conservadora ou ortodoxa, porque baseada na recessão e na redução dos salários.

Esta segunda fase teve início exatamente no dia 15 de maio, quando o governo desistiu de prefixar os salários conforme o planejado (de indexá-los portanto) e adotou a estratégia ortodoxa de (1) definir uma meta monetária (aumento de 9 por cento para os meios de pagamento, M1, no segundo semestre) e (2) de tentar evitar a indexação de salários com o objetivo de reduzi-los em termos reais.

Naquele momento havia, na verdade, duas alternativas para o governo: a alternativa ortodoxa, que foi adotada, e a alternativa neo-estruturalista, que foi então apresentada ao governo, baseada em três pontos: (1) reindexar imediatamente os salários (de acordo com o IPC/FIPE de ponta a ponta de abril, 3,29%, e de maio, 6,39%, e, a partir de junho, quando os resíduos do IPC/IBGE estivessem eliminados, de acordo com esse índice do próprio mês); (2) evitar qualquer atraso dos preços controlados (petróleo, energia, trigo, telefonia, etc.) e da taxa de câmbio; e (3), dentro de um prazo de quatro a cinco meses, fazer um acordo social e político, que naturalmente incluiria um congelamento temporário e a total desindexação da economia.

Este prazo era importante porque não havia ainda suficiente consciência por parte dos trabalhadores e empresários sobre o retorno da inflação para motivá-los a um acordo social. Além disto, nesses quatro a cinco meses o governo teria tempo de completar o ajuste fiscal e iniciar os processos de liberalização comercial e de privatização, que serão em qualquer hipótese essenciais para o êxito da estabilização.

O governo, entretanto, depois de uma improvisada tentativa de acordo social, decidiu pela âncora monetária e pela desindexação salarial, em parte por não querer admitir que um segundo congelamento seria necessário, em parte porque entre seus economistas prevaleceu a perspectiva ortodoxa.

Para sustentar essa alternativa foram e continuam sendo importantes os superávits de caixa do Tesouro Nacional, logrados graças às medidas de contenção de despesa e aumento de receita corrente do Plano Collor, e, principalmente, graças ao aumento de receita obtido uma única vez pelo imposto sobre o capital financeiro (IOF). Sua lógica é simples: a redução do salário real provocada pela inflação e pela não indexação do salário nominal, tem dois efeitos: do lado da demanda, reduz o consumo; do lado da oferta, reduz relativamente os custos das empresas e não as obriga a aumentar os preços. Em consequência cai a inflação.

Em junho esta estratégia não funcionou. A inflação continuou subindo. O índice de ponta a ponta do FIPE foi para 10,58 por cento. Em julho, entretanto, esse índice desacelerou, estabilizou-se e finalmente caiu para 7,27 por cento, conforme podemos ver pela Tabela 1. O IPC/FIPE também caiu de 11,7 para 11,3 por cento. Os demais índices, porém, continuaram a apresentar aceleração, mas em menor ritmo. Os índices ainda podem estar contraditórios, mas não há dúvida que ocorreu uma reversão de expectativas no mercado financeiro, que chegara a projetar 15 por cento de inflação para junho. Ao mesmo tempo a recessão adquiria contornos mais precisos na medida em que a produção industrial continuava cerca de 7 por cento abaixo e as vendas no varejo cerca de 16 por cento inferiores em relação ao ano anterior.

Tabela 1: Inflação Pós-Plano

	INPC/ IBGE	IPC/ FIPE	ICV/ DIEESE	IGP/ GV	PTA-PTA/ FIPE**
Abril	14,7*	20,2	22,3*	11,3*	3,3
Mai	7,3	8,5	11,2	9,1	6,4
Junho	11,6	11,7	10,6	9,0	10,6
Julho	12,6	11,3	13,6	13,0	7,3

*Inclui resíduo.

**Índice de ponta a ponta: quarta semana contra quarta semana do mês anterior.

Exclui aluguéis.

Esta reversão das expectativas e da tendência inflacionária levaram o governo a comemorar o fato com a afirmação de que havia recuperado controle sobre a política fiscal e monetária e que agora a inflação tenderia gradualmente para zero. Os economistas "monetaristas" ou conservadores, que haviam se oposto ao plano na sua fase heróica, quando a liquidez pareceu sair fora de controle, mudaram de posição e passaram elogiar o governo, a partir da hipótese de que as expectativas são auto-realizadoras.

Parece-me, entretanto, pouco provável que essa política ortodoxa seja bem sucedida, a não ser que consideremos critério de sucesso chegarmos ao final do ano com uma inflação superior a 10 por cento ao mês e com a economia em recessão.

A inflação não cairá gradualmente para zero por dois motivos, que a teoria neo-estruturalista da inflação inercial já definiu há tempo: porque os salários estão sendo reindexados informalmente e porque os preços atrasados serão mais cedo ou mais tarde corrigidos. A indexação informal dos salários é algo profundamente integrado às práticas econômicas brasileiras. Seria possível pensar em desindexá-los se a inflação estivesse em um nível muito mais baixo. No atual nível, os salários acabam sendo indexados informalmente. Por outro lado, o atraso no preço do trigo, das tarifas públicas e da taxa de câmbio é evidente. O governo, imaginando que a reversão das expectativas provocará a queda da inflação, joga com o atraso desses preços. Sabemos, entretanto, por experiências repetidas, que o fôlego dessas tentativas de segurar preços é curto, e que a inflação corretiva que se segue tende a acelerar a inflação.

Quando o governo iniciou esta fase convencional e ortodoxa do Plano Collor, seus economistas afirmaram que, caso os salários fossem indexados haveria um grande desemprego e recessão. Isto só seria verdade se o governo conseguisse reduzir a demanda agregada através da política fiscal e monetária. Neste caso, ensinam os livros-texto de economia, salários rígidos para baixo provocariam desemprego e agravariam a recessão. Na verdade, porém, a recessão é a consequência necessária e desejada pelo governo de sua política de desindexação, na medida em que esta reduz o poder aquisitivo dos trabalhadores. Esta política, entretanto, só não está causando maior recessão porque empresas e trabalhadores estão indexando informalmente seus salários e preços. Desta forma nem a inflação cai como o desejado, nem a recessão se aprofunda como ocorreria se os salários reais fossem reduzidos na proporção da inflação.

A indexação informal, entretanto, ocorre de forma irregular e defasada, aumentando os desequilíbrios dos preços relativos. Os atrasos dos preços públicos e da taxa de câmbio, por sua vez, poderão ter sérias consequências desestabilizadoras se continuarem se aprofundando.

Imagino que o governo insistirá ainda por algum tempo nesta segunda fase do plano. Afinal ela lhe parece estar sendo bem sucedida. Seria, entretanto, conveniente

que o governo pensasse, caso a inflação pare de cair, em uma alternativa para a atual política: uma alternativa baseada em um acordo político social, que preveja a eliminação da inflação e a redução temporária de lucros e salários. Em outras, palavras, pensasse em uma terceira fase para o plano. E, enquanto isso, tomasse cuidado para não deixar atrasar demais determinados preços. Não cogitar nessa alternativa e insistir, durante um tempo além do razoável, na estratégia atual, poder significar que o ano de 1990 foi perdido no combate à inflação: que, depois de tanto esforço e sacrifício, não se conseguiu superar a terrível convivência de inflação e recessão, enquanto preços relativos desequilibrados ameaçam a re-aceleração inflacionária.